

SUMÁRIO

PARTE 1 DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTIGOS 1º E 2º)

| | |
|---|----|
| Capítulo 1 – Liberdade de iniciativa e “livres mercados”: os pressupostos econômicos e jurídicos para uma economia de mercado realmente livre <i>Ana Frazão</i> | 3 |
| Capítulo 2 – A catedral e suas sombras: o papel da ideologia na construção do argumento de autoridade a partir da economia no discurso jurídico <i>Angelo Prata de Carvalho</i> | 25 |
| Capítulo 3 – O paradoxo da liberdade econômica: uma lei incoerente com seu propósito de incentivar a concorrência <i>Júlia Namie M. P. Ishihara</i> | 45 |
| Capítulo 4 – Os impactos ideológicos da Lei de Liberdade Econômica <i>Natalia Marques D’Ávila</i> | 67 |
| Capítulo 5 – Midas, o prospecto e o cisne negro: a arrogância epistemológica do consequencialismo econômico proposto pela Lei de Liberdade Econômica (LLE) <i>Paulo Fernando Pinheiro Machado</i> | 91 |

PARTE 2 DECLARAÇÃO DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA (ARTIGO 3º)

| | |
|--|-----|
| Capítulo 6 – Muita ideologia e pouca entrega: Lei de Liberdade Econômica discutida sob a perspectiva de proteção à inovação no antitruste e propriedade intelectual <i>Humberto Cunha dos Santos e Torben Maia</i> | 109 |
| Capítulo 7 – Liberdade, previsão, ação: desafios da Lei de Liberdade Econômica sob o viés da economia comportamental <i>Isabela de Araújo Santos e Tayná Frota de Araújo</i> | 129 |
| Capítulo 8 – Lei de Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019) à luz da legislação ambientalista e o enfoque constitucional da proteção ao meio ambiente equilibrado <i>Nathália Amorim Pinheiro</i> | 149 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 9 – O direito à livre precificação: o novo paradigma econômico e as balizas da intervenção estatal | |
| <i>Rodrigo Rabello Iglesias e Luana Graziela A. Fernandes</i> | 167 |

PARTE 3
GARANTIAS DE LIVRE-INICIATIVA (ARTIGO 4º)

| | |
|--|-----|
| Capítulo 10 – O Oráculo de Delfos não era uma agência reguladora: os desafios regulatórios diante das incertezas oriundas da inovação tecnológica | |
| <i>Antonio Francisco Pereira Lima Filho</i> | 187 |
| Capítulo 11 – Abuso de poder regulatório por limitação à inovação: reflexões a partir do uso da inteligência artificial | |
| <i>Giovana Vieira Porto</i> | 215 |
| Capítulo 12 – Abuso do poder regulatório por meio do aumento de custos de transação: impactos práticos | |
| <i>Isabela Maria Rosal Santos e Stephanie Vendemiatto Penereiro</i> | 229 |
| Capítulo 13 – Limitações da (des)regulação jurídica dos mercados pelo paradigma econômico <i>mainstream</i> : os filtros cognitivos empregados pelo STF no julgamento acerca da terceirização | |
| <i>João Moreira Pessoa de Azambuja</i> | 245 |
| Capítulo 14 – Regulação por evidência: perspectivas e limitações – Desigualdade em saúde | |
| <i>Marina Fontes de Resende</i> | 267 |
| Capítulo 15 – As limitações da teoria dos custos de transação como instrumento para identificar abuso regulatório | |
| <i>Rubens Cantanhede Mota Neto</i> | 285 |

PARTE 4
ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO (ARTIGO 5º)

| | |
|--|-----|
| Capítulo 16 – Lei de Liberdade Econômica e Análises de Impacto Regulatório – AIRS | |
| <i>Ana Frazão</i> | 301 |
| Capítulo 17 – Reflexões sobre as hipóteses de dispensa da análise de impacto regulatório à luz da Lei de Liberdade Econômica | |
| <i>Beatriz Simas Silva</i> | 335 |
| Capítulo 18 – Análise de impacto regulatório e a pretensão de neutralidade sob a ótica do art. 5º da Lei 13.874/2019: mito ou realidade | |
| <i>Manuela Fonseca Dalpoz e Rogério de Oliveira Gonçalves</i> | 351 |